

Assembleia Legislativa do Estado do Acre Legisla-e

LEI ORDINÁRIA Nº 164, DE 18 DE DEZEMBRO 1967

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal - Parte Permanente da Auditoria Geral de Contas do Estado e dá outras providências.

Data de Criação

Data de Publicação

18/12/1967

28/12/1967

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 408, de 28/12/1967

Origem

Tipo

Não informada

Lei Ordinária

Temática

Autoria

Previdência Social

Poder Executivo

Altera

Alterada por

Sem Alterações

Lei Ordinária Nº 636/1977

Texto da Lei

LEI N. 164, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1967

Dispõe sobre e Quadro de Pessoal— Parte Permanente da Auditoria Geral de-Contas do Estado e dá outrasprovidências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado na forma dos anexos I, II, III, IV e V o Quadro de Pessoal da Auditoria Geral de Contas do Estado do Acre.

Art. 2º O servidor que vem exercendo o Cargo de Auditor Auxiliar, designado na forma do Decreto Estadual n. 39, de 7 de março do corrente ano, passa a ocupar o cargo de igual denominação, pra criado.

Art. 3º O provimento de vaga no anexo I do art. 1º desta Lei, far-se-á de conformidade com o art. 6º da Lei Estadual n. 87, de 5 de dezembro de 1966, e nos termos da Constituição Federal.

Art. 4º Para o provimento dos cargos do anexo II, proceder se á consoante preceituam a Constituição Federal e a legislação atinente à matéria, em vigor no Estado.

Art. 5º As Funções Gratificadas constantes do anexo III serão desempenhadas por funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Auditoria Geral de Contas ou funcionários de outro Poder legalmente postos à sua disposição.

Art. 6º Os cargos e funções de que tratam os arts. 4º e 5º desta Lei serão previdos pelo Auditor Geral de Contas.

Art. 7º Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas constantes dos anexos I, II e III passam a ser os constantes do anexo IV.

Parágrafo único. A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo, ocupado pelo funcionário.

Art. 8º Perceberão os funcionários salário família na base de NC\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) por dependente.

Art. 9º Fica a Auditoria Geral de Contas autorizada a dentro do prazo de cento e vinte dias baixar normas regimentais complementares o seu funcionamento.

Parágrafo único. Até que seja cumprido o disposto neste artigo, aplica-se ao seu pessoal o disposto na Legislação Federal e Estadual vigentes.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1968, revoga das as disposições em contrário.

Rio Branco, 18 de dezembro de 1967, 79º da República, 65º do Tratado de Petrópolis e 6º do Estado do Acre.

JORGE KALUME

Governador do Estado do Acre

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE PARTE ISOLADA DE PROVIMENTO EFETIVO (Arquivo disponível no final da página principal de visualização.)

ANEXO II

QUADRO PERMANENTE PARTE DE PESSOAL DE CARREIRA (Arquivo disponível no final da página principal de visualização.)

ANEXO III

FUNCÕES GRATIFICADAS

(Arquivo disponível no final da página principal de visualização.)

ANEXO IV

VALORES DOS ANEXOS I, II E III

(Arquivo disponível no final da página principal de visualização.) ANEXO V

ORGANOGRAMA DA AUDITORIA GERAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE (Arquivo disponívol no final da página principal de visualização.)